

OS HERDEIROS DA ESCRAVIDÃO

PENSANDO A QUESTÃO AGRÁRIA DE HOJE

Teresa Sales

Verão de 1986. Em Sapucarana (região agreste de Pernambuco), 148 produtores receberam, cada um, uma cabra, mediante o compromisso averbado de, quando da primeira cria, passar adiante o cabrito a outro produtor, só então tornando-se proprietário da cabra. Àquele que recebesse a cria caberia, por sua vez, igual obrigação para com um terceiro, e assim sucessivamente. Povoar-se-ia dessa forma o Agreste de bodes e cabras, tão fortes e resistentes às adversidades nordestinas quanto o próprio matuto daqueles agrestes. Verdadeiro milagre da multiplicação partindo desse parco capital inicial.

Verão de 1987. Sapucaia de outros tempos, arde ao sol das 2 horas da tarde e quase ninguém circula na rua principal, recém-calçada. O silêncio daria para ouvir o voar de uma mosca, e não se ouve nem um chocalhar de cabras soltas, tão comum naquelas paragens. Onde estaria o programa do governo? É. Primeiro, que as cabras eram sertanejas, e não se adaptaram muito bem ao clima agrestino. Depois, aquele foi um inverno longo, principiando já em fevereiro, dificultando mais ainda aquela criação tão afeita aos rigores da seca. Morreram muitas cabeças. E ainda teve o caso daquele rapaz que na hora que fez o repasse da cria, legítimo proprietário dali em diante, levou a cabra para a feira, vendeu e com o dinheiro comprou um passarinho. Comprou o passarinho na feira de Bezerros e quando chegou de volta a Sapucaia, trocou o bicho numa peixeira e num relógio usado.

Nos primeiros anos da década de 80, técnicos do Banco Mundial mais uma vez vieram para diagnosticar e propor solução: tomaram assen-

to na Sudene, puseram-se em campo, contrataram muitos estudos e chegaram à solução do Projeto Nordeste: há que se resolver a questão nordestina por uma *nova política* visando ao desenvolvimento econômico e social daquela região, que consiste em promover a melhoria geral das condições de vida da população rural através da elevação dos níveis de emprego e renda e da oferta de serviços básicos à população. O diagnóstico que precedeu a criação do Projeto Nordeste era de que os principais problemas daquela região se concentram na área rural, cujo enorme contingente de pequenos produtores continua à margem do processo de desenvolvimento regional implantado com as várias políticas que se sucederam desde a criação da Sudene, ao final dos anos 50.

Em abril de 1985 foi assinado o decreto que criou o Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste, o Projeto Nordeste, com duração prevista para quinze anos e devendo atingir, até o ano 2000, 2 milhões de famílias das áreas rurais, sobretudo da região do semi-árido, onde seriam fixadas aquelas famílias. Junto com o Projeto Nordeste foi assinado um outro decreto que dispõe sobre a definição da estratégia de desenvolvimento rural para pequenos produtores — Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) —, que por sua vez absorveria os programas especiais ainda em curso na região: o Polo-Nordeste, o Projeto Sertanejo, o Próhi-dro e o Procanor.

O pequeno produtor rural a ser beneficiado pelo Projeto Nordeste através do PAPP, ou o "público-meta", na linguagem técnica usada nesses casos, é o mesmo que ontem recebeu cabras para criar, anteontem talvez até um quadro de terra para plantar... é constitutivo de uma categoria social historicamente herdeira dos malefícios da escravidão. Para ela, os possíveis benefícios que poderiam advir desse tipo de programa tem mais o significado de uma dádiva de senhor (o proprietário de terras, o governo, o compadre) do que de um direito seu.

Numa acepção weberiana, poder-se-ia caracterizar a atitude desse público-meta como uma ação tradicional, semelhante àquela que o autor descreve na *Ética Protestante* em relação aos trabalhadores agrícolas em face do sistema de pagamentos por tarefa, em que a oportunidade de ganhar mais era menos atrativa do que a de trabalhar menos. Esta foi, diga-se de passagem, uma das dificuldades para a implantação do trabalho assalariado nas plantações cafeeiras paulistas no período imediatamente pós-escravidão. O tradicionalismo neste caso, nas palavras de Weber, consiste em que "o homem não deseja 'por natureza' ganhar cada vez mais dinheiro, mas simplesmente viver como estava acostumado a viver, e ganhar o necessário para este fim"¹. A teoria da modernização, herdeira de poucos dotes (pois já em segunda ou terceira geração) daquela rica concepção weberiana, chegaria ainda mais empobrecida aos campos brasileiros e alhures, através de um extensionismo rural cuja meta era modificar as atitudes tradicionais do homem rural pela incorporação de modernas tecnologias.

(1) Weber, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, 3ª ed., S. Paulo, Pioneira, 1983, pp. 37-38.

Tradicionalismo X modernidade, tal como entendido desde os programas de extensão rural, é tema que saiu de moda para ser substituído por outras explicações (como aquela, por exemplo, que incorpora dialeticamente o tradicional ao moderno), vertentes diversas de entendimento da relação da agricultura tradicional com o processo de desenvolvimento ou com a acumulação capitalista, inspiradas quase todas no clássico estudo de Ruy Miller Paiva². Permaneceu contudo a categoria social herdeira da escravidão. Ampliou-se junto com o crescimento vegetativo da população. E é tão antiga quanto a fome que destrói suas potencialidades humanas. Nesse sentido é descabida a distinção entre "formas" da fome de acordo com padrões de acumulação: a fome do Brasil agrário exportador, e a fome do Brasil urbano-industrial³. A ausência de direitos elementares de cidadania remetentes à nossa velha tradição cartorial de leis que ficam no papel, da distância entre o país legal e o país real, dos arranjos que se institucionalizaram para dar conta dessa defasagem entre a norma escrita em moldes liberais importados e o cotidiano da sociabilidade costurada na herança de escravidão. Ninguém melhor do que Victor Nunes Leal, à sua época, viu as deformidades deste modelo político, na superposição, no caso por ele estudado, de um regime representativo em base ampla a uma inadequada estrutura econômica e social, do que resultaria o fenômeno do coronelismo⁴. O tema tem sido retomado sob diferentes enfoques na historiografia política, sendo particularmente lúcida (e útil aos propósitos das pistas que se deseja explorar nesta pesquisa) a abordagem das "idéias fora do lugar"⁵. Ali se aponta não apenas para a impropriedade das idéias liberais em face da presença da escravidão, mas para a mediação fundamental, a nível ideológico, entre a classe dos proprietários de terras e os "homens livres", concretizada pelo *favor* e veiculada sobretudo através da figura do agregado.

Mas, afinal, quem são esses herdeiros da escravidão? As estatísticas da FIBGE, com todas as ressalvas que ainda têm que ser feitas quanto à coleta de dados no meio rural, possibilitam alguma aproximação numérica de camadas da população ocupadas na agricultura, o que é útil a este propósito. Chama a atenção primeiramente, na observação de dados dessa natureza, o crescimento significativo da categoria dos "responsáveis e membros não remunerados da família", aqui nomeados simplesmente de mão-de-obra familiar. Na região Nordeste, privilegiada no enfoque deste artigo, observa-se também uma progressiva concentração do contingente de trabalhadores rurais nos estabelecimentos com menos de 10 hectares⁶. Em 1960 estes estabelecimentos absorviam 45,3% do total da força de trabalho, passando para 56,6% em 1970 e 58,5% em 1975. Nestes pequenos estabelecimentos agropecuários (de até 10 hectares) ocorre um dado curioso: há neles uma queda progressiva (durante o período possível de ser estudado à época em que foi realizado o trabalho citado na nota (6), ou seja, de 1960 a 1975) de todas as demais categorias ocupacionais — empregados temporários, empregados permanentes, parceiros e "outra condição",

(2) Paiva, Ruy Miller. "O Mecanismo de Autocontrole no Processo de Expansão da Melhoria Técnica da Agricultura". *Revista Brasileira de Economia*. Ano XXII, nº 3, set. 1968; Oliveira, Francisco de. "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", *Estudos CEBRAP* nº 2, Edições CEBRAP, 1972; Duarte, João Carlos e Queda, Oriowaldo. "Agricultura e Acumulação", *Debate e Crítica* nº 2, jan.-jun. 1974; Silva, Sérgio. "Agricultura e Capitalismo no Brasil", *Contexto* nº 1, nov. 1976.

(3) Ver o artigo de Müller, Geraldo, "O Não-Direito do Não-Cidadão", *Novos Estudos CEBRAP*, S. Paulo, nº 15, pp. 44-55, julho/86.

(4) Leal, Víctor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*, São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

(5) Schwarz, Roberto. "As Idéias Fora do Lugar", *Estudos CEBRAP* nº 3, Edições CEBRAP, jan. 1973.

(6) Os dados aqui utilizados sobre o Nordeste são retirados de um estudo feito em forma de consultoria para a Sudene, em 1982, na fase de diagnóstico e propostas iniciais do Projeto Nordeste, publicado posteriormente por aquela autarquia:

Sales, Teresa. "Estrutura e Dinâmica do Emprego na Agricultura Familiar do Nordeste". In *Brasil, Sudene — Aspectos Gerais da Economia e da Sociedade do Nordeste*, Recife, Sudene, 1985 (Projeto Nordeste, 2).

que inclui moradores, agregados etc. — em favor da mão-de-obra familiar, conforme pode-se ver pelos dados contidos na Tabela 1.

Tabela 1

Proporção de pessoas ocupadas na agricultura (total de pessoas ocupadas e pessoas ocupadas em estabelecimentos de até 10 ha.) segundo categorias ocupacionais. Região Nordeste, 1960, 1970, 1975.

Grupos de áreas dos estabelecimentos	Anos censitários	Total de pessoas ocupadas	Mão-de-obra familiar	Empregados temporários	Empregados permanentes + outra condição	Parceiro
Total dos estabelecimentos	1960	6 657.594	63,5	23,6	9,4	3,5
	1970	7.546.100	83,5	8,5	5,9	2,1
	1975	8.679.886	85,1	7,5	5,3	2,1
Estabelec. com menos de 10 ha.	1960	3.017.936	81,2	13,0	4,8	1,0
	1970	4.272.987	94,6	3,9	1,1	0,4
	1975	5.076.209	95,2	3,9	0,7	0,2

Fonte: FIBGE — Censos Agropecuários de 1960, 1970 e 1975.

Os assalariados temporários são a categoria de trabalhadores onde é mais acentuada a queda proporcional de seu contingente, enquanto as demais categorias já eram pouco representativas em 1960, decrescendo ainda mais em 1970 e 1975, já a mão-de-obra familiar tem um crescimento constante, chegando em 1975 a absorver 85,1% da força de trabalho total. Este quadro é mais acentuado em relação ao pessoal ocupado nos estabelecimentos com menos de 10 hectares, onde a mão-de-obra familiar chega em 1975 a absorver 95,2% da força de trabalho ocupada.

Tomando-se dados relativos ao valor da produção, chega-se a alguma aproximação quanto à qualificação destas unidades familiares de produção que sinalizam na direção de sua incapacidade de reprodução enquanto tal. Estes dados tornam-se disponíveis mediante o uso de tabulações especiais do Censo Agropecuário de 1975, que permitem ter as categorias de pessoas ocupadas segundo estratos de valor da produção dos estabelecimentos, em unidades-padrão de salários mínimos. Para a região Nordeste (Tabela 2), observa-se que 77,4% das pessoas ocupadas se encontram trabalhando em estabelecimentos com menos de 2 salários mínimos de valor da produção anual, o que significa total incapacidade destas unidades produtivas de proverem minimamente a subsistência da família. Dentro do limite de até 9 salários mínimos, que significa menos de 1 salário integral de rendimento para toda a família por mês, aquela proporção se eleva para 93,1%. Esta proporção é assustadora em relação à mão-de-obra familiar: 84,8% se encontram em estabelecimentos com até 2 salários mínimos de valor de produção anual, e 98,2% (quase a totalidade portanto) em estabelecimentos com até 9 salários mínimos de valor de produção anual.

Tabela 2

Pessoas ocupadas na agricultura (total e mão-de-obra familiar) segundo estratos de valor da produção dos estabelecimentos em unidades-padrão de salários mínimos. Região Nordeste, 1975.

Valor da produção dos Estabelecimentos (em sal. min.)	Total	Pessoas ocupadas na agricultura		
		%	Mão-de-obra familiar	%
até 2	6.719.761	77,4	6.265.083	84,8
de 2 a 9	1.362.175	15,7	990.906	13,4
de 9 a 18	198.313	2,3	78.484	1,1
de 18 a 37	129.491	1,5	30.984	0,4
37 e mais	270.146	3,1	22.579	0,3
Total	8.679.886	100,0	7.388.036	100,0

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários de 1960, 1970 e 1975.

Estes dados vêm apenas tornar mais explícita uma situação já por demais conhecida, da falta de condições de reprodução dessas unidades familiares cujo valor da produção é tão baixo que não permite a subsistência da família, a não ser se utilizando dos arranjos de assalariamento de seus membros. Há que se assinalar contudo que, se o quadro para a região Nordeste tem as cores dramáticas que pode se inferir dos dados acima apresentados, é bem diversa a situação em outras regiões do país. A título comparativo foram tomados dados da mesma natureza em relação ao Estado de São Paulo, cuja situação das unidades familiares é sabidamente de mudanças voltadas para a tecnificação e capitalização da produção familiar. Nesse estado, apenas 15,4% do total da mão-de-obra encontra-se em estabelecimentos com até 2 salários mínimos de valor da produção, enquanto em relação à mão-de-obra familiar esta proporção é de 24,5%. Tomando o estrato de até 9 salários mínimos, aquelas proporções são de mais de 50% para o total de mão-de-obra e 67,6% para os familiares.

Em um estudo onde utiliza também o critério de valor da produção como indicador básico para reagrupar os estabelecimentos, concebidos como unidades de produção mercantis, Sérgio Silva assinala os resultados mais marcantes dessas tabulações especiais, referentes igualmente ao censo agropecuário de 1975. Os resultados mais marcantes denotam uma enorme diferenciação entre os estabelecimentos:

— 63,19% dos estabelecimentos no país têm valor de produção inferior a 2 salários mínimos, e participam com apenas 10% do valor total da produção agropecuária, enquanto,

— 8,78% dos estabelecimentos têm valor de produção superior a cerca de 9 salários mínimos e respondem por 66,54% do valor total da produção agropecuária.

Segundo a argumentação daquele autor, as políticas de crédito em geral e por produto, bem como a pesquisa, assistência técnica e extensão rural são em grande parte definidas pelo governo para aquela categoria de estabelecimentos, com maior valor de produção, que, como foi visto, não chega a 10% dos estabelecimentos agropecuários do país. Pois são basicamente eles, minoria responsável pelo grosso da produção agropecuária do país, que reivindicam do Estado uma política agrícola voltada para aspectos tais como insumos industriais, crédito, assalariamento etc. Ainda segundo o seu argumento, a população rural ativa sediada nesses 63,19% dos estabelecimentos sobrevive em níveis de miséria absoluta e/ou complementa sua renda através do trabalho assalariado. Eles são portanto a base física sobre a qual se reproduz, de modo geral, em condições de miséria, uma imensa reserva de força de trabalho, cuja reivindicação em relação ao Estado se configura sobretudo como reivindicações trabalhistas⁷.

Retomar esses estudos baseados em estatísticas censitárias foi um longo parêntese necessário para tentar uma aproximação àquela categoria social aqui nomeada de herdeiros da escravidão. A título apenas de complementar este "retrato mal falado"⁸ da situação dos excluídos, recorre-se ainda a um terceiro estudo, este com a vantagem de utilizar dados mais recentes, do censo de 1980.

Trata-se do artigo de Geraldo Müller onde, além da categoria "valor da produção", ele ainda constrói um indicador de "saldo operacional", igual ao valor da produção menos as despesas. Apesar de ser este um dado com um grau de imprecisão maior⁹, permite afirmar de qualquer forma que aquele processo de exclusão da categoria aqui nomeada de herdeiros da escravidão no mínimo se manteve nos últimos cinco anos da década de 70. Uma de suas conclusões é que 81% dos estabelecimentos do país, o que em termos absolutos significa 4.185 mil estabelecimentos, são administrados por gente miserável e pobre. E eles respondem juntos por apenas cerca de 20% da produção agropecuária nacional. Complementarmente, os restantes 19% respondem por cerca de 80% daquela produção. *Grosso modo*, são os estabelecimentos com saldos operacionais médios e grandes que respondem pela maior parcela da produção agropecuária brasileira e, principalmente, pelo seu dinamismo. E é esse dinamismo, diz o autor, que impera de longe na produção nacional e que avançou na década de 70. Mostra ainda o estudo como este contingente de miseráveis tem maior peso nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste (nesta última mais do que nas outras), sendo a região Sudeste a que abriga a maior proporção de produtores com os maiores saldos operacionais¹⁰.

Quantificar os herdeiros da escravidão, como foi dito, é apenas um retrato mal falado por falta talvez de melhor objetiva. Pois sabe-se, por sua

(7) Silva, Sérgio S. "Estudos sobre a Estrutura da Produção e a Questão Agrária", *Cadernos IFCH/UNICAMP*, nº 11, Jan. 1984.

(8) Mal falado por dois motivos: primeiro, porque este tipo de indicador diz muito pouco dessa categoria social sob a ótica pela qual este artigo tenta entendê-la; e segundo porque se retiram dos três textos citados apenas algumas conclusões que interessam para fins de pintar o quadro dos excluídos, com as cores disponíveis por aquelas abordagens, deixando de lado portanto a própria explicação da construção dos indicadores estatísticos por eles usados. Para tanto, remete-se o leitor aos textos originais.

(9) Isto porque, conforme já ressaltado anteriormente, tem-se como suposto que o censo agropecuário ainda depara com muitos problemas referentes à coleta dos dados, realidade esta que se torna evidente sempre que se tem algum parâmetro de comparação com outras pesquisas mais apuradas. Daí que aumenta estatisticamente o grau de imprecisão se o indicador já é o resultado da subtração de dois valores sujeitos a erros cada um de per si.

(10) Müller, Geraldo. "Nas Asas das Estatísticas, Rumo às Fronteiras", *Cadernos PUR-UFRRJ* (no prelo para novembro/dezembro de 1987).

vez, que eles não se restringem ao espaço da agropecuária, mas se espalham por todos os poros da sociedade, onde quer que estejam os excluídos¹¹.

Voltando ao fio da meada. Um programa de governo, entre tantos, perdido nas brenhas do Agreste sem retorno algum. Narrativas se sucederam, no campo propriamente dito, nas salas e corredores da Sudene, do Pró-Rural, em conversas acerca dos muitos programas que antecederam o PAPP, agora por ele incorporados. O empenho e dedicação sinceros de alguns técnicos envolvidos nos programas de ontem e de hoje contrasta bruscamente com as narrativas de insucesso que se reiteram a cada nova tentativa de resolução de velhos problemas. E vêm as buscas de explicação para o fracasso dos programas de governo: os recursos atrasam na burocracia, esta consome mais da metade dos recursos que deveriam chegar ao público-meta; "o governo quer mesmo é que o pobre não melhore para ter mão-de-obra barata"; os programas são manipulados pelos governos estaduais e municipais com fins eleitoreiros. Ou, no limite, o mesmo lamento que ironicamente reúne políticos, empresários (na verdade tem que se fazer justiça: foram os senhores de engenho e usineiros que inauguraram o estilo) e técnicos do governo, mesmo que estejam em campos de interesses opostos: a eterna "falta de recursos".

No limite mesmo, há uma certa confusão na delimitação entre a sociedade e o Estado, como se este incorporasse, no gigantismo de seus sucessivos programas, o próprio movimento de uma sociedade débil, indefesa. A constatação do esvaziamento de muitos movimentos sociais pelo Estado, através do poder de cooptação que ele exerce mediante os vultosos recursos (e não escassos, como se repete na velha ladainha nordestina) dispostos de longa data através dos programas governamentais (dos quais os programas contra as secas foram pioneiros), evidencia a debilidade da sociedade diante do Estado. Nesse sentido, chama a atenção o fato já assinalado, do discurso muito comum entre técnicos dos vários programas de governo atuantes na região, mesmo os mais bem intencionados, não fugir à tônica dominante em todos os níveis da sociedade: é o Estado que deve melhorar seus instrumentos de ação, fazê-los mais participativos para não serem cooptados por alguma sorte de "contra-reforma" perversa, que tanto pode vir da parte das oligarquias locais, como do próprio capitalismo selvagem.

Assim, chegou também a esses programas de governo dirigidos ao pequeno produtor rural nordestino a proposição de uma política participativa à maneira como já existe há mais tempo nos movimentos sociais urbanos. No caso aqui abordado, dos pequenos produtores assistidos por programas do governo, a participação é menos enfatizada como um instrumento de democratização das decisões, do que de aumento da própria eficácia do programa, pois que a proposta parte na maioria das vezes dos técnicos que planejam a ação. O movimento sindical, convidado a participar na própria elaboração dos planos operacionais do PAPP, por exemplo justifica a necessidade de sua participação: é preciso que os próprios be-

(11) Vale citar, a propósito, a matéria que saiu por esses dias (21.09.87) na página 3 da *Folha de S. Paulo*, quando este artigo ia sendo finalizado. O artigo é de Francisco Foot Hardman, "Esquecer Pixote", e oferece uma dimensão viva e cruel da exclusão da cidadania na sociedade brasileira.

neficiários, através de seus legítimos representantes, estejam atentos ao real cumprimento das metas a serem alcançadas.

Mas, o movimento da sociedade é perverso, reduz qualquer proposta grandiloqüente a sua mais imediata insignificância. O programa das cabras, como foi dito na narrativa que abre este artigo, sucumbiu ao próprio imediatismo de produtores sem futuro. Num outro contexto de ação de governo voltada para pequenos produtores rurais, a proposta de participação tomou forma através de uma relação de pedidos de obras solicitadas pelos órgãos locais como sindicatos, comunidades de produtores, prefeituras, associações católicas e a própria Emater. Participação significa isso: os produtores, através de seus representantes, pedem o que eles acham que estão mais precisados naquele momento, e o programa atende. Ocorre que as demandas por determinadas obras, pequenas obras, obedecem menos a necessidades objetivas da vida de trabalho daqueles produtores, do que a desígnios alheios ao seu cotidiano. Frequentemente eles solicitam algo cujo pedido prévio de outras comunidades foi atendido, e assim forma-se como que uma "moda" que variava (à época da pesquisa) entre pedidos de pontes molhadas, aparelhos sanitários, cabras ou novilhas, uma junta de bois. São dádivas, portanto o que for conseguido está bom para eles. O que para alguns proponentes e executores de políticas pode ser uma solução, tal a magia que desperta a palavra participação, pelo lado do público-meta a participação metamorfoseia-se de novo em dádiva.

E abre-se de novo o fosso entre metas e público-meta, pois parece que não se tem na devida consideração a questão fundamental que na verdade antecede historicamente a própria relação do Estado com a sociedade. Qual a origem de tão baixo grau de cidadania? Ou, transformando a mesma questão em termos operacionais: como pode participar um público-meta com tão baixa cidadania? "Os herdeiros da escravidão" é a pista a ser explorada para dar conta dessa questão, cuja origem mais remota está inscrita nas próprias relações de produção configuradas na violência do mando e da submissão. Roberto Schwarz refere-se, como já assinalado linhas atrás, ao favor como categoria de mediação universal, favor nascido não daquela relação produtiva de base, assegurada pela força na escravidão, mas da relação dos "homens livres" (na verdade dependentes, diz ele), cujo "acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura" (p. 153).

Com relação à abolição da escravatura, parece reduzir-se todos os herdeiros da escravidão — os escravos propriamente e mais os "homens livres" — à condição de agregados. O favor passa a ser a mediação entre as classes emergentes, cuja origem está no latifúndio e na escravidão. Razão perversa que passa a impregnar todas aquelas formas de trabalho que se generalizaram após a escravidão — o colono, o morador, o parceiro, o meeiro... o trabalho assalariado. A relação de agregado que se generalizou após a escravidão é na verdade a síntese daqueles dois momentos, da violência do mando, da submissão mais a razão do favor que passou a mediar as re-

lações de classe, resultando, entre outras, na recepção dos direitos de cidadania por parte dos herdeiros da escravidão enquanto dádivas.

São esses os herdeiros da escravidão e é para eles que se dirigem políticas como o Projeto-Nordeste através do PAPP, o projeto São Vicente¹², o programa da Reforma Agrária da Nova República, assim como vários outros da velha: o Estatuto da Terra, o Estatuto do Trabalhador Rural, o Proterra, só para citar os três mais conhecidos pela sua abrangência. O êxodo dessa categoria social para as cidades, para as frentes de trabalho que se abrem na fronteira agrícola, para o trabalho assalariado que não mede fronteiras, não faz mais do que espalhar Brasil afora uma herança de exclusão.

O leitor que começou a ler este artigo e teve a paciência de chegar até aqui deve estar já inquieto, se perguntando, afinal de contas, onde está a questão agrária de hoje? É que ela começa ali, onde estão os herdeiros da escravidão. E só se configura como questão porque há aquela herança de deserdados a jogar um papel incômodo na afirmação da própria nacionalidade, pois remete à não-cidadania que perdura ainda no centenário da Abolição.

Há que se observar por esse ângulo, e sobretudo por ele, *a questão agrária*. Para não cair em equívocos tal como achar que a questão agrária relaciona-se com aqueles setores que efetivamente respondam pela produção agrícola do país. Não, a questão agrária é esse imenso abacaxi que já derrubou três ministros do Ministério da Reforma Agrária da Nova República e que continuará incomodando muito a imagem do Brasil como país civilizado. A questão agrária está profundamente imiscuída com a questão nacional, naquele sentido em que esta questão foi examinada pelo ensaísmo dos anos 20/30, como busca de raízes para a constituição da nacionalidade. A questão agrária não é nova nada, é velha como a fome, para não falar no seu reverso, metamorfoseado em forma de violência — violência no campo, violência na cidade.

De um ponto de vista puramente produtivista, poderia ser deixada de lado esta maioria de produtores brasileiros excluídos da agricultura modernizada que se incorporou à dinâmica do complexo agroindustrial. Afinal, não são eles que respondem mais pelo grosso do abastecimento do mercado interno nem a indústria precisou deles, na qualidade de consumidores potenciais, para se desenvolver. Foram deslocados pela modernização da agricultura, onde as relações do complexo agroindustrial (produção, oligopólio de compras e vendas, crédito, financiamento, preços mínimos etc.) destruíram mercados da agricultura tradicional, excluindo-os dessa dinâmica. O nó da questão está justamente nesta confluência de movimentos, em que a modernização da agricultura reduz os deserdados à situação de miséria em que se encontram.

A questão agrária do ângulo produtivista seria então resumida às questões daqueles menos de 10% que se firmaram na produção agrícola brasileira de hoje, com suas reivindicações por crédito, preços mínimos,

(12) O Projeto São Vicente (Programa de Apoio à Organização de Pequenos Produtores Rurais do Nordeste) foi criado pouco menos de um ano após o PAPP, em janeiro de 1986. Seus objetivos são bastante semelhantes aos do PAPP, diferenciando-se dele basicamente por chegar diretamente à organização dos pequenos produtores, sem a intermediação dos estados da federação por onde supostamente se dá a cooptação dos programas pelos poderes locais. Além disso, o Projeto São Vicente supõe a aplicação de recursos a fundo perdido e enfatiza sobretudo o nível organizacional dos pequenos produtores.

comercialização etc. Os herdeiros da escravidão estariam por fora, apenas como "questão social", na porta de espera talvez do assalariamento inevitável como via necessária para sua cidadania, como sugerem algumas propostas desta linha de pensamento.

Pensar a questão agrária de hoje é pensar a trajetória da ação do governo e da recepção dos herdeiros da escravidão. Herdeiros da escravidão porque a relação dialética senhor-escravo parece estar na raiz daquela ausência de direitos, cujo entendimento remete antes à esfera do político e do social do que à esfera do econômico. Herança que não atingirá só aos excluídos mas, tal como na contradição hegeliana, também aos donos das propriedades e do poder. Naquele sentido explicitado na *Fenomenologia do Espírito* em que a dominação e a servidão determinam senhor e escravo numa unidade em que cada termo assume um caráter contraditório: o senhor é também servo do servo e o servo é também o senhor do senhor. Este não foi apenas um dilema com o qual defrontaram os abolicionistas do século passado. É tema atual que renasce na violência nos campos e nas cidades. No não reconhecimento dos direitos elementares de cidadania, na ausência do sentido de coisa pública, nas imensas barreiras que se têm anteposto a qualquer modificação na estrutura agrária.

Teresa Sales é professora da Unicamp e pesquisadora do CEBRAP, autora de *Agreste, Agrestes: Transformações Recentes na Agricultura Nordestina* (CEBRAP/Paz e Terra).

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 19, dezembro 87
pp.143-152
